

DISCUTINDO O PARADIGMA DA QUESTÃO
AGRÁRIA: O MOVIMENTO DESIGUAL E
CONTRADITÓRIO DO DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA NO CAMPO BRASILEIRO

ARGUING THE PARADIGM OF THE
AGRARIAN QUESTION: THE UNEQUAL AND
CONTRADICTIONARY MOVEMENT OF THE
CAPITALIST DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN
COUNTRYSIDE

DISCUTIENDO EL PARADIGMA DE LA CUESTIÓN
AGRARIA: EL MOVIMIENTO DESIGUAL Y
CONTRADITÓRIO DEL DESARROLLO CAPITALISTA
EN EL CAMPO BRASILEÑO

Rodrigo Simão Camacho

Doutorando da UNESP/FCT- Bolsista Fapesp

E-mail: rogeo@ymail.com

Resumo: Vamos discutir neste texto o *Paradigma da Questão Agrária*. Revelando as diferenças de suas duas correntes. Os autores *Kautsky* e *Lênin* escreveram as obras seminais desse paradigma. Os principais elementos de análise desse paradigma são: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo. Defendemos a vertente que entende que o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz a partir de um *movimento desigual e contraditório*. Isto significa que existe um processo de produção de capital por meio de *relações não-capitalistas*. Por isso, o campesinato é uma *classe social* inerente a contradição do modo de produção capitalista e não um resíduo social em vias de extinção.

Palavras-chave: paradigmas; campesinato; capitalismo; questão agrária.

Abstract: We go to argue in this text the Paradigm of the Agrarian Question. Disclosing to the differences of the its two theoretical currents. The authors *Kautsky* and *Lenin* wrote the initial works of this paradigm. The main elements of analysis of this paradigm are: the rent of land, the economic differentiation of the peasantry and the social inequality generated by the development of

the capitalism. We defend the theoretical current that understands that the development of the capitalism in the countryside is made from an uneven and contradictory movement. This means that exist a process of production of capital by means of not-capitalists relations. Therefore, the peasantry is a social class inherent the contradiction in the capitalist mode of production and not a social residue in extinction.

Key words: paradigms; peasantry; capitalism; agrarian question.

Resumen: En este artículo se discute el paradigma de la cuestión agraria. Revelando las diferencias en sus dos cadenas. Los autores Kautsky y Lenin escribieron las obras seminales de este paradigma. Los principales elementos de análisis de este paradigma son: la renta de la tierra, la diferenciación del campesinado y la desigualdad económica generada por el desarrollo del capitalismo. Abogamos por el enfoque que considera que el desarrollo del capitalismo en el campo se hace desde un movimiento desigual y contradictorio. Esto significa que hay un proceso de producción del capital a través de relaciones no-capitalistas. Por lo tanto, la clase social de campesinos es una contradicción inherente del modo capitalista de producción y no un desecho social en peligro de extinción.

Palabras clave: paradigmas; campesinos; capitalismo; cuestión agraria.

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo discutir o *Paradigma da Questão Agrária* (FERNANDES, 2008) revelando as diferenças de suas duas correntes e construindo uma explicação a respeito da questão agrária, hoje, a partir de uma vertente desse paradigma. Neste paradigma, optamos pela vertente que defende que o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz a partir de um *movimento desigual e contraditório* (OLIVEIRA, 1999; 2004). Isto significa que existe um processo de produção de capital por meio de *relações não-capitalistas* (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1999; 2004), como é o caso das relações camponesas de produção. Por meio desta concepção, entendemos que o campesinato é uma *classe* inerente a lógica contraditória do capitalismo (ALMEIDA, 2003; 2006).

Discordamos, assim, tanto da vertente mais tradicional do Paradigma da Questão Agrária baseada, principalmente, em Kautsky e Lênin, que defendem que o campesinato é um resíduo social em vias de

extinção. Quanto da concepção do Paradigma do Capitalismo Agrário¹, cujo maior representante é Ricardo Abramovay, de que o campesinato tem que buscar formas de se integrar ao capital para continuar existindo. Transformando o camponês em “agricultor familiar” e retirando o caráter classe inerente a sociedade capitalista (PAULINO, 2006).

Entendemos, ainda, que existem duas formas de recriação do campesinato sob o modo de produção capitalista, uma é via o movimento desigual e contraditório do capital: que produz capital por meio de relações não-capitalistas, como as relações de trabalho familiar camponesa. E, outra maneira, igualmente importante, é o processo de recriação do campesinato por meio da luta (FERNANDES, 2000; ALMEIDA, 2006). Este processo ocorre quando os *movimentos socioterritoriais camponeses* (FERNANDES, 2005) lutam pela conquista de seus territórios, disputando-os com o capital na forma de agronegócio (FERNANDES, 2008). É a luta pela/na terra de trabalho (MARTINS, 1981).

Pois, se afirmássemos que o campesinato se reproduz apenas por intermédio da lógica direta do funcionamento estrutural do capitalismo, estaríamos negando o caráter dialético da realidade. Retirando a capacidade de seus sujeitos de transformarem a realidade. Porém, neste artigo, vamos nos dedicar a expor apenas o processo de reprodução do campesinato sob a lógica desigual e contraditória do capitalismo.

O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA: DISCUTINDO AS OBRAS SEMINAIS

Neste debate do paradigma da Questão Agrária temos duas concepções de análise distintas: de um lado uma corrente que acredita na inevitável destruição do campesinato e, do outro lado, os que acreditam na continuidade da existência de relações não-capitalistas, como as relações camponesas de produção.

No território dos debates [...]. Entre os elementos estruturais que se encontram no centro da questão estão os problemas relativos à diferenciação do

¹ Vamos explicar neste texto apenas o PQA, mas lembramos da existência do PCA: “[...] Na década de 1990 surgiu outro paradigma denominado “Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão”. Este é o título do livro derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. [...]”. (FERNANDES, 2009, p. 11).

campesinato. Nesse ponto, há diferentes leituras: de um lado, a premonição dos que acreditam na destruição do campesinato e uma possível hegemonia da condição de assalariamento; de outro, os que defendem a tese da persistência de relações não-capitalistas de produção, no contexto das desigualdades e das contradições das relações capitalistas de produção. Essas interpretações da questão contribuíram para a elaboração de distintas políticas referentes às leis trabalhistas e à reforma agrária. [...]. (FERNANDES, 2001, p. 27).

Para Fernandes, duas obras clássicas fundamentais para entendermos o debate acerca da Questão Agrária são as escritas pelos autores Kautsky e Lênin, pois nos possibilita a construção de novas leituras acerca da Questão Agrária:

Desse modo, não se pode negar algumas das mais importantes obras clássicas que são referências teóricas fundamentais [...]: A questão agrária, de Kautsky; neste trabalho seminal encontramos excelentes análises a respeito dos elementos estruturais da questão. Outra obra contemporânea desta. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lênin, também contribui para formarmos os quadros de referências para o estudo do capitalismo agrário. [...]. De fato, são referências essenciais para a pesquisa do movimento da questão agrária e contribuem na elaboração de novas idéias a respeito do dimensionamento dos problemas agrários. (2001, p. 26).

Destas obras seminais, resulta a vertente do Paradigma da Questão Agrária que afirma que o desenvolvimento do capitalismo no campo levará ao inevitável desaparecimento do campesinato via territorialização do capital. Neste caso, o camponês é tratado como um *resíduo social* (OLIVEIRA, 2004) ainda não eliminado. Ao contrário do que defendemos que o mesmo é uma *classe social* inerente a contradição do modo de produção capitalista (ALMEIDA, 2003; 2006).

Esta análise tem como base a crença na determinação estrutural como uma característica máxima do capitalismo, ou seja, o capitalismo tem o poder de eliminar todas as formas de produção que não forem totalmente capitalistas, isto é, que não se baseie na lógica: proletariado

versus burguesia. Por conseguinte, o trabalho assalariado a todos trabalhadores é um fim inevitável. Logo, somente essas duas classes existirão quando o modo de produção capitalista estiver consolidado plenamente.

Segundo essa concepção teórica, a proletarização do campesinato seria inevitável, visto que em determinado momento, ao tentarem produzir ao mercado, os camponeses acabariam falindo, devido à competição com as empresas capitalistas, pois se trata de uma competição absolutamente desigual. Acabariam vendendo suas terras para as empresas capitalistas e, então, se proletarizando. Entre os adeptos dessa concepção, estão alguns dos grandes pensadores marxistas mundiais: Lênin e Kautsky.

Outra vertente entende que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria”. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, “os camponeses tornam-se iam proletários”. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin [...]. (OLIVEIRA, 1999, p.71; 2004, p. 34).

Kautsky, um dos primeiros teóricos marxistas a estudar o campesinato, partia da concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além do proletariado e da burguesia, opondo-se, portanto, a teoria da *agricultura familiar camponesa*². Neste caso, a proletarização camponesa seria um processo irreversível e irrestrito (ALMEIDA; PAULINO, 2000).

Segundo Kautsky (*apud* FERNANDES, 2009, p.12), “[...] a superioridade técnica do grande estabelecimento, em relação ao pequeno, que associado às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão”

² Estamos optando pelo conceito de *agricultura familiar camponesa* para representar a diferenciação com o conceito de *agricultura familiar* elaborada a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário. Tendo em vista que apesar de a *agricultura camponesa* ser, também, *familiar*, este conceito ganha, neste paradigma, um significado teórico, político e ideológico distinto, referindo - se aos camponeses integrados ao capitalismo. Sendo que apenas estes não estariam condenados ao desaparecimento, ao contrário do campesinato tradicional.

Já no sistema socialista, Kautsky não conseguia visualizar um projeto de autonomia para o campesinato, sendo assim, em vez de subordinado ao capital, o campesinato seria subordinado ao Estado. É obvio que a subordinação ao capital leva o camponês a miserabilidade, o que não aconteceria no Estado socialista, onde se transformariam numa classe trabalhadora respeitada. Todavia, é necessário pensar um projeto de sociedade em que o campesinato tenha autonomia e que sejam respeitadas suas especificidades de classe. Associadas aos seus territórios e as suas territorialidades. Em suas palavras:

[...] é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de “tubarões” do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada. (KAUTSKY *apud* FERNANDES, 2009, p. 13).

O autor em questão concebia o campesinato como uma classe reacionária e em vias de extinção. Considerava o proletariado urbano como a única classe capaz de construir a revolução. Neste caso, ao contrário de considerar a potencialidade camponesa, Kautsky considerava o campesinato como um empecilho para a construção do socialismo. Como explica Almeida e Paulino (2000, p. 14):

[...] sua visão sobre o campesinato era altamente depreciativa: essa seria uma classe miserável, retrógrada e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção. [...]. Reservava ao operariado urbano o papel supremo de conduzir o processo revolucionário.

Essa visão mecanicista da história e depreciativa do campesinato fez com que teóricos como Chayanov³, que defendiam a agricultura familiar camponesa, fossem acusados pelos marxista-leninistas (ou marxista-leninista-kautskystas) de estar defendendo os interesses conservadores

³ Podemos considerar, de maneira genérica, Chayanov como sendo o primeiro representante da segunda vertente do Paradigma da Questão Agrária, pois vai ser o primeiro a se contrapor às teses que consideravam o campesinato como uma classe social reacionária e em vias de extinção.

em oposição à revolução socialista. E, mais, passaram a considerar sua obra sem importância científica.

Teóricos defensores da tese de que o capitalismo estava prestes a suprimir o campesinato da história, fizeram severas críticas à Chayanov, alegando ser uma obra obsoleta, por dedicar-se a uma classe social em vias de desaparecimento. Acusaram-no também de estar politicamente voltado à defesa de interesses burgueses, ao valorizar essa classe, tida como reacionária, contrária aos interesses da revolução socialista. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 118).

Sendo, por isso, tratado por essa vertente marxista como um pensador reacionário. Pois, sendo os camponeses proprietários de terra, entendem esses teóricos, que eles estão do lado dos latifundiários e não dos trabalhadores. Este fato demonstra a superficialidade com que é discutido o campesinato, cuja reflexão requer um entendimento profundo de suas relações materiais e simbólicas, que os diferenciam, de maneira antagônica, do latifundiário do agronegócio. Assim, para essa vertente do Paradigma da Questão Agrária,

[...] na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro dessa sociedade. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). É por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses. Muitos acham, inclusive, que os camponeses são reacionários, que “sempre ficam do lado dos latifundiários” etc. [...] eles “não fazem parte da sociedade” para esses autores e partidos. (OLIVEIRA, 1999, p.71; 2004, p. 34-35).

Logo, concordamos com Oliveira (2004, p. 35) que essas correntes teóricas, “[...] em vez de explicar o que está realmente acontecendo no campo, passam apenas ‘uma visão teórica’ do que ‘acham’ que está ocorrendo”. Por isso, se faz necessário analisar essa questão como parte inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no campo brasileiro e, também, analisarmos o processo de lutas do

campesinato brasileiro, pois estes, por meio da luta pela terra, estão conseguindo retornar ao campo. Ou seja:

[...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-à a ver muitos autores afirmarem que os camponeses, estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

A TESE DO MOVIMENTO DESIGUAL E CONTRADITÓRIO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO BRASILEIRO E A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NO CAPITALISMO

Para contestarmos as concepções teóricas que afirmam a extinção do campesinato, temos a realidade em dados que confirmam que houve desde 1965 um aumento do número de estabelecimentos controlados por posseiros no Brasil. Mesmo sendo esse período marcado pela expansão do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, principalmente pela urbanização e pela industrialização nacional. Vejamos os dados nas palavras de Oliveira (2004, p. 35):

[...] Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de posseiros no Brasil. Em 1960 existiam 356.502 estabelecimentos agropecuários controlados por posseiros. Já em 1985, eles passaram para 1054.542 estabelecimentos, e em 1995 eram 709.710. Ou seja, ocorreu exatamente, nesse período de grande desenvolvimento do capitalismo (sobretudo industrial) no Brasil, um aumento dos estabelecimentos ocupados por posseiros até 1985, e a sua redução em 1995 foi provocada pela regulação fundiária realizada no governo FHC [...].

Por isso, se essas concepções teóricas que insistem na imutável e inflexível lógica do capitalismo proletarizando os camponeses estivessem conseguindo explicar a realidade concreta, o correto seria uma diminuição no número de camponeses e não um aumento desses, uma vez que houve neste período um avanço do capitalismo no campo brasileiro.

Logo, estes dados da realidade confirmam a inviabilidade explicativa destas teses.

Deste modo, para que possamos explicar o que está ocorrendo no campo atualmente, temos que entender como é o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e quais são suas estratégias para a acumulação do capital. Por isso, acreditamos na tese de que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no território brasileiro é *contraditório e combinado e /ou desigual e contraditório* (OLIVEIRA, 2004).

Isso quer dizer que o capitalismo avança produzindo/reproduzindo relações especificamente capitalistas, ou seja, proletarizando os camponeses, transformando-os em bóias-frias, no caso do agronegócio, ou em empregados dos capitalistas urbanos, industriais, comerciais ou financeiros. Todavia, contraditoriamente, o capitalismo avança produzindo, também, *relações não-capitalistas de produção*, como as relações camponesas de trabalho familiar no campo. A comprovação desse fato está no aumento do número de camponeses, como vimos anteriormente.

Dentre os adeptos dessa tese, estão grandes pensadores mundiais como Rosa Luxemburgo e, também, importantes pesquisadores brasileiros como Carlos Rodrigues Brandão e José de Souza Martins. Na geografia Agrária, temos como grande defensor dessa corrente de análise marxista, Arioaldo U. de Oliveira e seus ex-orientandos da UNESP e da USP. Dentre estes, podemos citar Bernardo M. Fernandes, Rosemeire A. de Almeida, Eliane T. Paulino, Valéria de Marcos, João Fabrini etc.

[...] o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado [e / ou desigual e contraditório]. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança produzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amim e Kostas Vergopoulos, e no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva,

Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann etc. Na Geografia Agrária, seguindo essa concepção, há [...] as dissertações e teses de grande partes de meus orientandos. (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

Segundo Fernandes, o livro: “*Os camponeses e a política no Brasil*”, de José de Souza Martins, onde o autor discute as origens e a formação do campesinato, é, sem dúvida, referência essencial para uma leitura sociológica desse processo. (2001, p.28).

Para Martins, o capitalismo não transforma, necessariamente, todas as relações sociais em relações capitalistas de produção, ou seja, não irá transformar todos os camponeses em trabalhadores assalariados. Ainda haverá no capitalismo, contraditoriamente, relações não-capitalistas. Por isso, não podemos enxergar a história apenas a partir do desenvolvimento das forças produtivas.

[...] Certamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Entretanto, fazer dele sinônimo de história é uma heresia. Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade. [...]. (MARTINS, 1981, p. 14).

É dessa forma que podemos entender, também, seu movimento desigual e contraditório, pois o capitalismo necessita, para a sua reprodução, do desenvolvimento de aspectos que tem uma aparência contraditória. Ou seja, “o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, *contraditório e desigual*. Isso significa dizer que para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios” (OLIVEIRA, 2002, p. 46; grifo nosso).

Dizer que existe um desenvolvimento contraditório do capitalismo significa, portanto, afirmar que para que o capitalismo se desenvolva

é necessário que este se alimente de relações sociais não-capitalistas, como as relações camponesas. Logo,

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. (OLIVEIRA *apud* ALMEIDA, 2003, p. 75).

Isso explica porque existem dois processos contraditórios ocorrendo no campo brasileiro, isto é, ao mesmo tempo em que aumenta o agronegócio, e, logo a proletarização do campesinato, também, do outro lado, aumenta-se as relações camponesas de produção. Ou seja, “[...] vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, os bóias-frias, por exemplo, a presença das relações de trabalho não-capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc.” (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Neste caso, não ocorre a separação do trabalhador dos seus meios de produção, ou seja, não ocorre o processo de proletarização do campesinato. Este continua sendo dono do produto de seu trabalho.

[...] Nós não estamos de fato diante da separação do trabalhador dos seus meios de produção. O produtor familiar, como é o caso dos pequenos agricultores do Sul do País, continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho. Ele não é um assalariado de ninguém. Como podemos dizer, então, que o capital instituiu a sujeição do seu trabalho, dominando-o? Nem há sujeição formal, nem há sujeição real do trabalho ao capital nesse caso. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura. Não só dos setores de produção agrícola onde essa sujeição esta claramente instituída, mas também do crescente setor de pequenos produtores baseados no trabalho familiar. (MARTINS, 1981, p. 174).

Esse desenvolvimento aparentemente contraditório tem uma lógica, uma vez que os capitalistas agroindustriais se utilizando do trabalho camponês, não precisam investir em contratação de mão-de-obra. Economizando e favorecendo a obtenção de mais lucros. Não precisam se preocupar com gastos de salários e de direitos trabalhistas. Conseguindo competir de forma mais vigorosa no mercado internacional.

Além disso, o proprietário agroindustrial se apropria de parte do produto do trabalho desses camponeses, ou seja, estes são obrigados a venderem o produto de seu trabalho para os capitalistas, para que assim consigam continuar se reproduzindo como camponês. Neste sentido, os capitalistas transformam o produto do trabalho camponês em mercadorias, para que com a venda consiga dinheiro, que nessa relação, é transformado em capital, reproduzindo, então, essa lógica.

Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo em que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em mercadoria, vendendo-a, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando-a em capital. (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Sendo assim, somente em alguns setores da produção agrícola é que ocorre a expansão das relações capitalistas de produção, no caso, às mais lucrativas ao capital, destinadas, principalmente, à exportação (*commodities*) como, por exemplo, a cana-de-açúcar (produção de agrocombustível) e a soja. Existem vários setores onde ainda predominam a produção camponesa. Principalmente nas culturas alimentares. Daí a importância da agricultura camponesa na questão da soberania alimentar.

[...] a expansão das relações capitalistas de produção não se dá necessariamente em todos os setores da produção agrícola, mas só em alguns (ela ocorre claramente nas fazendas de cana-de-açúcar, mas dificilmente se dá nos setores de produção de alimentos como feijão, milho, mandioca, uva, tomate, etc.) [...]. (MARTINS, 1981, p. 174).

Não ocorre, então, em todos os casos a sujeição do trabalho camponês ao capital. Quando o campesinato continua se reproduzindo enquanto classe social, ou seja, utilizando do trabalho familiar para se reproduzir e controlando seus territórios, o que verificamos é a ocorrência da sujeição da renda da terra ao capital.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade a terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. [...]. (MARTINS, 1981, p. 175).

Portanto, existe uma lógica na ação contraditória desse processo, é que o capitalista se utiliza de formas não-capitalistas de produção para acumular capital, gastando menos em mão-de-obra e aumentando, assim, a sua taxa de lucro. Podemos afirmar que existe uma lógica capitalista de produção de capital por meio de relações não-capitalistas. Isto quer dizer que o lucro obtido nessa relação pode ser utilizado para a implantação de trabalho assalariado no campo, transformando-se, assim, em capital, a renda camponesa da terra.

Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado, esse capital poderá numa próxima etapa do processo de produção ser destinado à contratação de bóias-frias, por exemplo, e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura. (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Além da agroindústria, as outras formas de subtrair a renda camponesa pelo capital são: por meio de solicitação de *créditos bancários*, ou seja, o camponês necessita de empréstimos para produzir, nesse caso sua renda se transfere para o *capital financeiro*; pela compra de *insumos agrícolas*, também necessários para garantir a sua produção, onde o *capital industrial* se apropria da renda camponesa; e na venda de alimentos baratos para as grandes redes de supermercados, nesse caso é o *capital comercial* que extrai parte da renda camponesa. Por isso, a renda cam-

ponesa pode ser usada para produzir/reproduzir o capital industrial, financeiro e comercial. Em todos esses casos, a renda camponesa “[...] estaria oculta na circulação das mercadorias, no crédito bancário, na transferência de renda para as empresas urbanas, através da produção de alimentos a baixo custo” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 122).

O que estamos afirmando é que o capitalismo, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que expropria o trabalhador rural, também permite sua reprodução para explorar a renda camponesa da terra. É isso que Oliveira denominou de desenvolvimento contraditório e desigual do capital, pois, são duas relações que apesar de antagônicas, - uma de expropriação do campesinato e produção de trabalhadores assalariados e outra relação que depende da reprodução do camponês sem expropriá-lo - fazem parte da mesma lógica combinada de produção e reprodução do capital. Em função desta lógica contraditória do capitalismo, muitos autores tendem a interpretar a realidade de maneira equivocada.

O desenvolvimento das forças produtivas quer na direção da lógica do capital que produz o trabalhador nu, o assalariado, o volante, o “bóia-fria”, etc., quer na contradição intrínseca dessa lógica produzindo e reproduzindo o camponês, reflete, concretamente, o seu desenvolvimento desigual. E esse desenvolvimento desigual das forças produtivas, na formação social capitalista tem elevado muitos autores a interpretações equivocadas. (OLIVEIRA, 1997, p. 13).

Reiteramos que no Brasil temos um movimento contraditório, ou seja, ao mesmo tempo em que cresce o trabalho assalariado no campo, cresce também, simultaneamente e contraditoriamente, o trabalho familiar. Temos um crescimento do trabalho assalariado nos latifúndios (acima de 1000 ha.) e, todavia, temos um crescimento do trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades⁴ (inferior a 100 ha.).

⁴ Esta realidade é resultante, além do processo desigual e contraditório do capital, do processo de luta camponesa, do qual não vamos explicar neste artigo. Pois, se retirarmos a luta dos sujeitos estaríamos afirmando uma determinação absoluta e mecânica do capital sobre os sujeitos. Afirmando assim, um estruturalismo pretensamente marxista, onde o sujeito fica invisível diante à lógica de reprodução do capital. Daí a importância da luta de resistência dos camponeses para entrar e ficar na terra nesta recriação.

Assiste-se hoje, no Brasil, simultaneamente, o aumento do trabalho assalariado e do trabalho familiar no campo. Contraditoriamente, são as duas faces estruturais do campo no país, pois nele se encontra não só o aumento, como também o predomínio quase que absoluto do trabalho assalariado (permanente ou temporário) nos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha. Inversamente a esse processo, tem-se aumento e o predomínio do trabalho familiar camponês nos estabelecimentos com área inferior 100 ha. (OLIVEIRA, 1999, p. 83).

Deste modo, no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ocorrem tanto a destruição do campesinato, como sua recriação. Bem como sua transformação em capitalista proprietário de terra. Todas essas possibilidades se encontram abertas. E o que está no centro da reflexão geográfica do processo é o controle territorial por parte do campesinato ou por parte do agronegócio. Como explica Fernandes (2009, p.5):

[...] Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente à recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também; uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.

Sendo assim, o foco de nossa análise, a partir do Paradigma da Questão Agrária, está relacionado com os processos de destruição e recriação camponesa e seus territórios no interior do desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista no campo. Além da luta camponesa para continuar em seus territórios - terra de trabalho - (MARTINS, 1981), ou mesmo, para retornar aos seus territórios (reterritorialização).

[...] O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história. (FERNANDES, 2009, p.20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso na construção do conhecimento, confrontar a nossa leitura da realidade com as diversas outras formas de conceber o mundo atual, visto que “[...] o debate e o confronto das idéias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual [...]”. (OLIVEIRA, 2004, p. 27). Por isso, fazer “[...] as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico. [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Na ciência geográfica, o Paradigma da Questão Agrária traz a luta de classes sendo discutida intrinsecamente relacionada ao processo de construção/domínio/controlado territorial. Sendo assim, para interpretar a realidade agrária

O paradigma da questão agrária prioriza as lutas de classes para explicar as disputas territoriais, os modelos de desenvolvimento e suas conflitualidades. Sendo a questão agrária um problema estrutural, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3; grifo nosso).

Por conseguinte, reafirmamos nossa leitura dos processos de transformação no campo no século XXI. Devemos analisar a agricultura nacional dentro de um contexto de desenvolvimento capitalista em nível globalizado. Esse desenvolvimento se faz de modo contraditório e combinado. Avança desenvolvendo relações capitalistas e, contraditoriamente, relações não-capitalistas, isto é, relações camponesas de produção, que propiciam a sua continuidade enquanto modo de produção vigente e o campesinato como uma classe. Nas palavras de Oliveira (2004, p. 40):

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas geram também, iguais e contraditoriamente, relações camponesa, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 73-88, jul./dez. 2003.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Mimeografado.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, MS, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: _____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 279-301.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 maio 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial.** [S.l.: s.n.], 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

_____. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agrogócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

_____. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território, Territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.